



COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE SUPRIMENTOS

CONTRATO - Nº 031/2024

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 031/2024, QUE CELEBRAM ENTRE SI A COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS) E A EMPRESA UNIVERSO EPIS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA.

A **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob o nº 70.157.896/0001-00, com Sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus diretores infra-assinados, e a empresa **UNIVERSO EPIS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PROTECAO INDIVIDUAL LTDA**, com Sede na Rua Jandira, nº 2290, Nordeste, Natal/RN (CEP 59.042-120), inscrita no CNPJ sob o nº 21.852.418/0001-05, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal infra-assinado, resolvem firmar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, a **Lei Federal nº 13.303**, de 30 de junho de 2016, e demais alterações posteriores, e ao estabelecido no respectivo instrumento convocatório, aos termos da proposta vencedora, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente **CONTRATO** tem por objeto o fornecimento de EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, conforme especificações e quantitativos constantes neste instrumento contratual e em seus anexos.

2. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1. O presente **CONTRATO** tem como fundamento legal o **Inciso II do Artigo 29 da Lei Federal nº 13.303 de 30 de junho de 2016**, que considera **Dispensável** a realização de licitação, para serviços e compras de pequeno valor, bem como o **RILC da POTIGÁS** e está vinculado ao processo SEI **Nº 05310003.003521/2023-68**, parte integrante do presente **CONTRATO**, independente de transcrição.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Os recursos financeiros necessários ao atendimento deste **CONTRATO**, são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2024/2025, na conta: "PO 2024/2025 - Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.4.1. (Equipamentos de proteção individual)".

4. DA VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente **CONTRATO** é de **1 (UM) ano**, contados a partir da sua data de assinatura, podendo este prazo ser prorrogado, mediante termo aditivo, firmado entre as partes, condicionada esta prorrogação à avaliação dos produtos fornecidos pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**.

5. DO VALOR CONTRATADO

5.1. O valor total do presente **CONTRATO** é de **R\$8.239,20 (oito mil duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos)**, conforme Planilha de Preços (Anexo II deste **CONTRATO**), observado o disposto na Cláusula Nona deste Instrumento.

5.2. O valor total previsto para o objeto do presente **CONTRATO**, informado no item 5.1 acima, é apenas referencial, uma vez que a **CONTRATANTE** não está obrigada a atingi-lo durante a sua vigência, tendo em vista que os referidos produtos serão solicitados de acordo com as necessidades operacionais desta última.

5.3. Na elaboração da proposta foram levados em conta todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, não cabendo qualquer reivindicação devido a erro nessa elaboração, para efeito de solicitar revisão de preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela Autoridade competente.

6. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

6.1. As regras acerca do REAJUSTAMENTO DO VALOR CONTRATUAL são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

7. DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO

7.1. As condições para FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. As OBRIGAÇÕES DAS PARTES estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste **CONTRATO**).

9. DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

9.1. As CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO estão estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste CONTRATO).

10. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1. Poderão ocorrer alterações contratuais, por acordo entre as partes, de acordo com o disposto no **artigo 81 da Lei Federal nº 13.303/2016**, em sua atual redação.

10.1.1. A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos quantitativos ajustados no presente **CONTRATO**, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do mesmo, em conformidade com o **artigo 81, § 1º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.1.1.1. A **CONTRATADA** se obriga a manter os mesmos preços unitários da sua proposta original, caso ocorram alterações das quantidades contratadas.

10.1.2. Se, durante o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, ocorrer a criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, conforme estabelece o **artigo 81, § 5º, da Lei Federal nº 13.303/2016** e o disposto na Matriz de Riscos.

10.1.2.1. Ocorrendo a instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais ou municipais, que comprovadamente, venham a majorar ou diminuir os ônus das partes contratantes, serão revistos os preços a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações. Tratando-se, porém de instituição de estímulos fiscais, as vantagens decorrentes caberão sempre a **CONTRATANTE**.

10.1.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio **CONTRATO** e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do **CONTRATO** e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento, conforme estabelece o **artigo 81, § 7º, da Lei Federal nº 13.303/2016**.

10.2. A **CONTRATADA** poderá realizar a alteração no quadro societário da empresa, desde que não haja alteração no seu Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), observado o disposto no item 15.1 da Cláusula Décima Quinta deste instrumento, no que couber.

10.3. As alterações contratuais, devidamente justificadas e autorizadas pela **CONTRATANTE**, serão processadas mediante Termo Aditivo.

11. DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO** poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

11.2. Constituem motivo para rescisão deste **CONTRATO**:

11.2.1. O descumprimento de obrigações contratuais;

11.2.2. A alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) A subcontratação parcial do seu objeto, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da **CONTRATANTE**, observado o **RILC**;

b) A fusão, cisão, incorporação, ou associação da **CONTRATADA** com outrem, quando deixar de atender algum dos seguintes critérios:

I - Não admitidas no instrumento convocatório e no **CONTRATO**;

II - Não atendidas as condições de habilitação, inclusive de qualificação técnica;

III - Quando resultar prejuízo a execução do **CONTRATO**;

IV - Quando não autorizado pela **CONTRATANTE**;

V - O desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do **CONTRATO**;

VI - O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

VII - A dissolução da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;

VIII - A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;

IX - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução do **CONTRATO**;

X - O atraso nos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XI - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

- XII - A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**;
- XIII - A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
- XIV - O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- XV - O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- XVI - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- XVII - Ter afastado ou procurado afastar LICITANTE, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XVIII - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- XIX - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- XX - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XXI - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XXII - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

§ 1º As práticas passíveis de rescisão, tratadas nos incisos XVI a XXII desse artigo, podem ser definidas, dentre outras, como:

- a) **CORRUPTA**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;
- b) **FRAUDULENTA**: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;
- c) **COLUSIVA**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais LICITANTES, com ou sem conhecimento de representantes da **POTIGÁS**, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;
- d) **COERCITIVA**: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **OBSTRUTIVA**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

§ 2º As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

§ 3º Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

11.3. A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

- I - Por ato unilateral e escrito de qualquer das Partes;
- II - Amigável, por acordo entre as Partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- III - Judicial, nos termos da legislação.

§ 4º A rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I deste artigo, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência **mínima de 30 (trinta) dias**.

§ 5º Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o § 4º será de **90 (noventa) dias**.

§ 6º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra Parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso da **CONTRATADA** terá esta ainda direito a:

- IV - Devolução da garantia;
- V - Pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;
- VI - Pagamento do custo da desmobilização.

11.4. A rescisão por ato unilateral da **CONTRATANTE** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO** e no **RILC da POTIGÁS**:

- I - Assunção imediata do objeto contratado, pela **CONTRATANTE**, no estado e local em que se encontrar;
- II - Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **CONTRATANTE**;
- III - Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

12. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** referentes à execução do **CONTRATO** estão estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I deste **CONTRATO**).

13. **DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO**

13.1. As condições para **FISCALIZAÇÃO DO OBJETO** estão estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** (Anexo I deste **CONTRATO**).

14. **DA RENÚNCIA E NOVAÇÃO**

14.1. As eventuais tolerâncias por parte da **CONTRATANTE** ou inobservância da **CONTRATADA** às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste **CONTRATO**, não configurarão renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

15. **DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

15.1. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, este **CONTRATO**, sem expressa e prévia anuência da **CONTRATANTE**.

15.2. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente **CONTRATO**, salvo autorização prévia por escrito da **CONTRATANTE**. Constará, obrigatoriamente, da autorização prévia, que a **CONTRATANTE** opõe ao cessionário as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos aos cessionários estão condicionados ao preenchimento pela cedente de todas as suas obrigações contratuais.

15.3. A ocorrência da autorização prevista no item 15.2 acima não exime a **CONTRATADA** de quaisquer de suas responsabilidades contratuais.

16. **DA MATRIZ DE RISCOS**

16.1. A Matriz de Riscos relacionada ao presente **CONTRATO** consta no Termo de Referência (**Anexo I do CONTRATO**).

16.2. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados na Matriz de Riscos, a **CONTRATADA** deverá, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, informar a **CONTRATANTE** sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras informações relevantes.

16.2.1. Após a notificação, a **CONTRATANTE** decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais a **CONTRATADA**. Em sua decisão a **CONTRATANTE** poderá isentar temporariamente a **CONTRATADA** do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo Evento.

16.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Cláusula Décima Segunda deste instrumento contratual.

16.2.3. O reconhecimento pela **CONTRATANTE** dos eventos descritos na Matriz de Riscos que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a **CONTRATADA**, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

16.3. As obrigações contratuais afetadas por eventos que não estejam previstos na Matriz de Riscos, deverão ser comunicadas pelas partes em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data da ocorrência do evento.

16.3.1. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

16.3.2. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente dos eventos previstos no item 16.3.

16.3.3. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do **CONTRATO**, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por Seguro, se houver.

16.3.3.1. O **CONTRATO** poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos foram tomadas e mesmo assim a manutenção do **CONTRATO** se tornar impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

16.3.4. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17. **DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE**

17.1. As Partes declaram conhecer e se obrigam a seguir as normas de prevenção à corrupção, incluindo a Lei nº 12.846/2013, o RILC da POTIGÁS e o **Código de Conduta e Integridade da POTIGÁS**, disponível no site da Companhia, (<https://www.potigas.com.br/governanca/2019/codigo-conduta.pdf>).

17.1.1. Adicionalmente, as Partes se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste **CONTRATO**, não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente.

18. **DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no **Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da POTIGÁS**, na **Lei Federal nº 13.303/2016**, e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

19. **DOS ANEXOS**

19.1. Os documentos que ficam anexados ao presente **CONTRATO**, assim enumerados:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

20. **DO FORO**

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente **CONTRATO**, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem de comum acordo, a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** firmam este instrumento contratual, que reconhecem válido e eficaz, para um só fim, na presença de 02 (duas) testemunhas capazes e idôneas, que também assinam e dão cumprimento às exigências e formalidades legais.

Assinado digitalmente por:

PELA CONTRATANTE

Marina Melo Alves
Diretora Presidente

Dennis Falcon
Diretor Técnico e Comercial

PELA CONTRATADA

Diógenes Ferreira da Silva
Responsável legal
CPF: 056.663.244-62

TESTEMUNHAS

Ricardo Wagner Guilhermino Pereira
CPF: 595.822.274-00

Thiago André do Nascimento Fernandes
CPF: 048.694.144-22

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DO OBJETO**

1.1. O presente termo de referência tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. Os recursos financeiros ao atendimento desta contratação são oriundos de receita própria da **CONTRATANTE**, proveniente da venda de gás natural e estão previstos e disponíveis no orçamento do(s) exercício(s) de 2024, na conta: **PO 2024/25 - Despesas e Custos Operacionais - Item 2.2.4.1.**

3. **DO FUNDAMENTO LEGAL**

3.1. A contratação deverá observar as normas e procedimentos contidos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) da **POTIGÁS** (<http://www.potigas.com.br/documentos/regulamento-interno.pdf?14062018>), na Lei Federal nº 13.303/2016 e legislações correlatas.

4. **DO REGIME DE FORNECIMENTO**

4.1. O regime de fornecimento da presente contratação será o **FORNECIMENTO PARCIAL** dos materiais, a partir da emissão da AF (Autorização de Fornecimento) ou OC (Ordem de Compra).

5. **DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

5.1. O critério de julgamento das propostas comerciais no presente processo de contratação, será o de **GLOBAL DO GRUPO**.

6. **DOS QUANTITATIVOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS MATERIAIS**

6.1. **QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS:**

6.1.1. Será adquirida a seguinte quantidade de materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QUANT.
1	Bota de Segurança	Par	18
2	Máscara Semifacial (respirador)	Unidade	4
3	Filtro Químico	Par	1
4	Óculos Sobreposto Incolor	Unidade	27
5	Óculos Sobreposto Escuro	Unidade	27
6	Capacete de Segurança	Unidade	23
7	Protetor Auditivo	Unidade	2
8	Bota de Segurança Impermeável	Unidade	6
9	Perneira	Par	5
10	Luva Algodão Pigmentada	Par	20
11	Óculos incolor	Unidade	27
12	Óculos escuro	Unidade	27
13	Protetor Auditivo tipo intra auricular	Unidade	24
14	Capa de chuva	Unidade	5
15	Colete de Alta Visibilidade	Unidade	18
16	Protetor Solar	Litro	3
17	Luva de Borracha Nitrílica	Par	5
18	Luva de Couro tipa Vaqueta	Par	5
19	Mascara semi-facial PFF-2S	Unidade	20

6.1.2. Os materiais deverão:

- Estar embalados, sem indício de violação;
- Apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;
- Apresentar rótulo padrão original que deverá conter o nome do fabricante, composição dos produtos e o prazo de validade.

6.2. **ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS MATERIAIS:**

6.2.1. Será adquirida a seguinte quantidade de materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS	UNID.	QUANT. A CONTRATAR
1	Bota de Segurança	Calçado de segurança tipo bota, confeccionada em couro nobuck, fechamento através cadarço (com ou sem atacador), forro em material não tecido, colarinho acolchoado, palmilha de montagem fixada no cabedal, palmilha de conforto (calcanheira) em EVA macio, biqueira de plástico e solado em Poliuretano (PU) bidensidade. Numeração disponível 34 a 44. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	18
2	Máscara Semifacial (respirador)	Respiradores purificadores de ar tipo peça semifacial (1/4 fixo), com corpo que conjuga suporte em material plástico em sua parte central e o restante da peça facial em elastômero sintético. Nas laterais do corpo das peças, encontram-se localizados dois dispositivos plásticos, um de cada lado, dotados, em sua parte dianteira, de um encaixe tipo baioneta e de um anel de borracha, onde são fixados os filtros químicos, combinados e para partículas com encaixe tipo baioneta ou a base de fixação para utilização dos filtros para partículas planos. Na parte traseira de cada um dos dispositivos, encontra-se fixada uma válvula de inalação. O respirador possui, em sua parte central, uma válvula de exalação. O respirador pode ser dotado de um suporte de material plástico rígido, fixado na parte frontal de seus corpos através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Este suporte, que também atua como cobertura (tampa) da válvula de exalação, possui quatro aberturas em suas laterais, duas superiores e duas inferiores, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos ajustáveis, que deslizam livremente no seu interior. A peça facial pode possuir um sistema de hastes com pontas flutuantes, dotado, na parte central, de um encaixe que atua como tampa da válvula de exalação,	Unidade	4

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS	UNID.	QUANT. A CONTRATAR
		fixado ao corpo da peça através de dois botões e do envoltório da válvula de exalação, por encaixe tipo pressão. Nas extremidades das pontas flutuantes estão presas quatro presilhas plásticas, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos ajustáveis. O tirante localizado na parte inferior da peça possui uma fivela de fechamento e o tirante localizado na parte superior, um suporte para cabeça. Tamanho, P, M ou G (sob demanda).		
3	Filtro Químico	Filtro químico conjugado para vapores orgânicos e gases ácidos, compatível com o respirador do item 02.	Par	1
4	Óculos Sobreposto Incolor	Óculos de segurança para uso sobreposto, constituídos de armação e visor em uma única peça de policarbonato incolor com meia borda superior e hastes tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material da armação e possuem seis fendas para ventilação e são fixas à armação através de pinos plásticos. Com tratamento antirrisco. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	27
5	Óculos Sobreposto Escuro	Óculos de segurança para uso sobreposto, constituídos de armação e visor em uma única peça de policarbonato cinza com meia borda superior e hastes tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material da armação e possuem seis fendas para ventilação e são fixas à armação através de pinos plásticos. Com tratamento antirrisco. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	27
6	Capacete de Segurança	Capacete de segurança, tipo II (aba frontal) classe B com o casco injetado em material plástico, cor branca. O casco possui fendas laterais denominadas Slot para acoplagem ou não de acessórios. O casco sem faixa refletiva. Com suspensão composta de carneira injetada em plástico, com peça absorvente de suor em espuma de poliuretano e coroa composta de duas cintas cruzadas montadas em quatro clips de plástico e fixadas através de costura, com regulagem de tamanho através de ajuste simples. Com jugular. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	23
7	Protetor Auditivo tipo concha acoplável ao capacete	Protetor auditivo tipo concha composto de arco com ajuste de pressão fabricado em plástico de engenharia, selo fabricado em espuma revestida com vinil preto, conchas de plástico preenchidas internamente com espuma moldada e espuma plana. NRRsf 21 dB, compatível com uso simultâneo do Capacete de Segurança (item 06). Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	2
8	Bota de Segurança Impermeável	Bota de segurança, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (PVC) injetado, na cor preta, forrada em nylon texturizada, sem bico de aço, cano médio, nos tamanhos 35 ao 44. Proteção do usuário em locais onde não haja risco de queda de materiais e/ou objetos pesados sobre os artelhos e locais que exista influência de umidade e resistente a óleo combustível. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	6
9	Perneira	Perneira de segurança, confeccionada em material sintético ou couro, costurada eletronicamente, três talas em polietileno, metatarso em material sintético. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	5
10	Luva Algodão Pigmentada	Luvas tricotadas pigmentadas confeccionadas em 100% (cem por cento) algodão cru, sem costura, com 4 fios e palma antiderrapante revestida com pigmentos de PVC. Punho em elástico com acabamento "overlock". Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	20
11	Óculos incolor	Óculos de segurança lente incolor, com armação e visor confeccionado em uma única peça de policarbonato incolor, com ponte e apoio nasal	Unidade	27

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS	UNID.	QUANT. A CONTRATAR
		injetados do mesmo material e haste tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material do visor e é fixada à extremidade do visor através de parafuso metálico. Com tratamento antirrisco. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.		
12	Óculos escuro	Óculos de segurança lente cinza, com armação e visor confeccionado em uma única peça de policarbonato incolor, com ponte e apoio nasal injetados do mesmo material e haste tipo espátula. As hastes são confeccionadas do mesmo material do visor e é fixada à extremidade do visor através de parafuso metálico. Com tratamento antirrisco. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	27
13	Protetor Auditivo tipo intra auricular	Protetor auditivo, do tipo inserção pré-moldado, de silicone, com cordão de vinil, metal detectável ou não. Tamanho único. NRRsf 18 dB. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	24
14	Capa de chuva	Capa de Segurança impermeável confeccionada em PVC, com forro misto em algodão e poliéster. Proteção do tronco e membros superiores do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água. Tamanhos P, M, G ou GG. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	5
15	Colete de Alta Visibilidade	Colete tipo blusão, fabricado em poliéster, com dupla faixa refletiva fosforescente, cor amarelo. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	18
16	Protetor Solar	Bloqueador Solar FPS 60 ou superior que combata a ação nociva dos raios ultravioletas dos tipos UVA e UVB emitidas pelas radiações solares, pelas radiações provenientes de trabalhos com soldas elétricas e de outras máquinas e equipamentos que emitam a radiação supracitada. Com repelente para insetos. Validade mínima do produto de 1 ano, após a emissão da nota fiscal para a contratante.	Litro	3
17	Luva de Borracha Nitrílica	Luvas de segurança, confeccionadas em borracha nitrílica, com acabamento antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos. Tamanho P, M ou G (conforme demanda). Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	5
18	Luva de Couro tipa Vaqueta	Luva de segurança modelo petroleiro utilizada contra riscos mecânicos, confeccionada em couro bovino, reforço na palma e tira entre o polegar e o indicador. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Par	5
19	Mascara semi-facial PFF-2S	Respirador purificador de ar de segurança, tipo peça semifacial filtrante para partículas-PFF-2S com válvula. Com Certificado de Aprovação emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.	Unidade	20

6.2.2. Os materiais deverão:

- a) Estar embalados, sem indício de violação;
- b) Apresentarem-se intactos, sem amassamentos, rachadura, ranhuras, remendos, ou deformações do gargalo;
- c) Apresentar rótulo padrão original que deverá conter o nome do fabricante, composição dos produtos e o prazo de validade.

7. **DA FORMA DE FORNECIMENTO E GARANTIA DO OBJETO**

7.1. **PRAZO DE ENTREGA:**

7.1.1. O prazo de entrega dos materiais, relativos a cada Autorização de Fornecimento (AF) / Ordem de Compra (OC), emitida pela **CONTRATANTE**, será de no máximo **10 (dez) dias corridos**, contados da data do recebimento da AF/OC correspondente, pela **CONTRATADA**.

7.2. **LOCAL DE ENTREGA:**

7.2.1. A entrega dos materiais deverá se dar necessariamente em **dias úteis**, nos horários de 08:30 às 11:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas, na Sede da **CONTRATANTE**, situada na Avenida Prudente de Moraes, nº 675, Tirol, Natal/RN (CEP 59.020-505), devendo o objeto ser recebido e conferido pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE** e atestado pelo setor competente.

7.3. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

7.3.1. O recebimento e aceitação dos materiais pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil da **CONTRATADA**, por vícios de execução ou desconformidade com as especificações estabelecidas no **CONTRATO** e em seus anexos, bem como na proposta comercial da **CONTRATADA**, posteriormente verificados.

7.3.1.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **2 (dois) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização do **CONTRATO**, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3.1.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação da **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

a) A **CONTRATANTE** não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pela fiscalização.

b) Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, contados da notificação da fiscalização.

7.3.1.3. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **2 (dois) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade do material com a proposta e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pela **FISCALIZAÇÃO** da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.3.1.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **CONTRATO**.

7.4. FORMA DE ENTREGA:

7.4.1. O transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como os custos e eventuais danos ocasionados nestes materiais ou em terceiros em decorrência destas movimentações, serão da inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.4.1.1. Da mesma forma se responsabilizará a **CONTRATADA** pelo transporte, carregamento e descarregamento dos materiais devolvidos, quando estes forem reprovados pela **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, devido a defeito de fabricação ou danos verificados nos mesmos.

7.4.2. As notas fiscais, emitidas pela **CONTRATADA**, deverão referenciar o número do **CONTRATO**.

7.5. PRAZO DE GARANTIA DO OBJETO:

7.5.1. O prazo mínimo de garantia contra defeitos de fabricação a ser exigido deve ser o usual dos fabricantes.

7.5.1.1. A garantia citada no item acima compreende a recuperação ou substituição e transporte de/para o local de entrega dos materiais, às expensas da **CONTRATADA**, dos materiais objeto do **CONTRATO**, bem como de qualquer dos seus componentes, que apresentem divergência de característica ou qualquer erro ou defeito de fabricação.

8. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Cabe a **CONTRATADA**:

8.1.1. Fornecer o objeto do **CONTRATO** rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes neste documento e em seus anexos e na proposta comercial vencedora do respectivo processo de contratação, obedecendo aos critérios e padrões de qualidade predeterminados e exigidos pela **CONTRATANTE**.

8.1.2. Fornecer todos os materiais com requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e/ou segurança recomendados pelas normas aplicáveis, substituindo qualquer produto defeituoso, dentro do prazo estabelecido neste documento, sem custos adicionais para **CONTRATANTE**.

8.1.3. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados no **CONTRATO**, sujeitando-se às sanções aqui estabelecidas, além das previstas no **RILC** da **POTIGÁS**.

8.1.4. Responsabilizar-se pelo transporte, carregamento no local de origem e descarregamento no local de destino dos materiais, respondendo por seus custos e pelos eventuais danos ocasionados nos materiais ou a terceiros por estas movimentações, devendo os mesmos ser entregues à **CONTRATANTE** em perfeitas condições de uso.

8.1.5. Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais objeto deste **CONTRATO**, bem como eventual custo de frete relativo a respectiva entrega.

8.1.6. Manter e fornecer, sempre que solicitado, durante a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na formalização do mesmo.

8.1.7. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições contidas no **CONTRATO**, e ainda responder por suas sanções, quando aplicadas.

8.2. Cabe a **CONTRATANTE**:

8.2.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

8.2.2. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados no **CONTRATO** e em seus anexos.

8.2.3. Verificar se os materiais fornecidos pela **CONTRATADA**, estão dentro das especificações contratadas, rejeitando, no todo ou em parte, os materiais entregues fora das especificações do **CONTRATO** e seus anexos.

8.2.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2.5. Exigir o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho para o fornecimento dos materiais contratados e, em sendo o caso as normas da **CONTRATANTE**.

8.2.6. Notificar à **CONTRATADA** toda e qualquer anormalidade constatada no fornecimento dos materiais, objeto do **CONTRATO**, fixando-lhe prazos para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontradas.

8.2.7. Notificar, por escrito ou por meio eletrônico (e-mail), à **CONTRATADA**, a aplicação de penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9. **DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO**

9.1. Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** por intermédio de depósito bancário, na conta corrente indicada pela **CONTRATADA** ou por intermédio de boleto bancário, **20 (vinte) dias corridos** após a entrega do material e/ou conclusão dos respectivos serviços e recebimento dos respectivos documentos de cobrança pertinentes.

9.1.1. Caso a data de pagamento recaia sobre os dias **10, 20 ou 25** de determinado mês, o pagamento será efetuado no **primeiro dia útil seguinte**.

9.1.2. Caso sejam constatadas irregularidades nos documentos de cobrança apresentados, o prazo para pagamento estabelecido será contado a partir da data da reapresentação, pela **CONTRATADA**, dos documentos de cobrança devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da execução deste **CONTRATO**.

9.1.3. A **CONTRATANTE** não receberá qualquer objeto desta contratação, que não esteja acompanhado do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo **DANFE** (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica), devendo a **CONTRATADA** apresentar na entrega dos materiais, objeto do presente **CONTRATO**, o referido documento, bem como deverá enviar o arquivo XML relativo a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) para o endereço eletrônico xml.nfe@potigas.com.br.

9.2. A **CONTRATANTE** providenciará, diretamente pela internet ou através do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a emissão das certidões relacionadas abaixo, a fim de comprovar a regularidade da **CONTRATADA**, verificando as suas respectivas validades, ficando a cargo da **CONTRATADA** providenciar a emissão dessas certidões, diretamente nos órgãos competentes, caso a **CONTRATANTE** não obtenha êxito nesta operação:

a) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

b) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho (CNDT) nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho;

c) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) quanto aos CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), e quanto à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive as CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

d) Certidão negativa dos tributos estaduais do Estado de origem;

e) Certidão negativa dos tributos municipais da Sede da **CONTRATADA**.

9.3. À **CONTRATANTE** reserva-se o direito de suspender o(s) pagamento(s) devido(s) se os produtos forem entregues em desacordo com as especificações técnicas e quantidade descritas no **CONTRATO** e nos seus anexos, até que sejam atendidas as exigências formais feitas pela FISCALIZAÇÃO da **CONTRATANTE**, sem que caiba à **CONTRATADA** aplicar qualquer penalidade (multas, juros de mora ou taxas) ou suspender o fornecimento dos produtos objeto do **CONTRATO**, em decorrência desses atrasos.

10. **DA VIGÊNCIA**

10.1. A vigência do **CONTRATO** será de **1 (um) ano**, contados da data de assinatura do respectivo **CONTRATO**.

11. **DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

11.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

12. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista no **CONTRATO** e no **RILC** da POTIGÁS, garantida a prévia defesa, a **CONTRATANTE** poderá aplicar as sanções estabelecidas no **Capítulo VIII, Seção XV – Das Sanções** do **RILC** da **POTIGÁS**.

12.2. Pelo não cumprimento dos prazos parciais a **CONTRATADA** estará sujeita a multa moratória de **0,2% (dois décimos por cento)** do valor da parcela do objeto, emitida pela **CONTRATANTE**, por dia de atraso em relação ao prazo assumido pela **CONTRATADA** no documento em questão.

12.3. A **CONTRATADA** estará sujeita a multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor total do **CONTRATO** em caso de descumprimento gravíssimo e reiterado das cláusulas contratuais e seus anexos, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

12.4. As sanções devem ser aplicadas em processo administrativo autônomo por meio do qual se assegure a ampla defesa e o contraditório, observando-se o disposto no **Capítulo VIII, Seção XVI – Do Procedimento para Aplicação de Sanções** do **RILC da POTIGÁS**.

13. DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

13.1. A **CONTRATADA** é a única e exclusiva responsável pela execução do **CONTRATO**. Logo, à **CONTRATANTE** reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa **FISCALIZAÇÃO**, de forma direta ou por intermédio de empregados aqui designados, especificamente para este fim, conforme **Capítulo VIII, Seção XII – Da Gestão e Fiscalização dos Contratos** do **RILC da POTIGÁS**, garantindo o cumprimento de seus procedimentos para sua satisfação.

13.2. Os materiais, objeto do **CONTRATO**, entregues pela **CONTRATADA**, deverão ser conferidos pela **FISCALIZAÇÃO**, verificando se os prazos de fornecimento, valores, especificações técnicas e as quantidades estão de acordo com a respectiva AF, com o citado **CONTRATO** e com a respectiva Nota Fiscal.

13.3. O **GESTOR** e os respectivos **FISCAIS** ficam designados mediante Portaria emitida pela Diretoria Executiva da **POTIGÁS** ou no respectivo contrato, conforme **ATRIBUIÇÕES DA FISCALIZAÇÃO** descritas no presente documento, no instrumento contratual e seus anexos, no **CAPÍTULO VIII do RILC da POTIGÁS**, bem como na Instrução de Trabalho da Companhia IT-001-23-0.

14. DA MATRIZ DE RISCOS

14.1. Não há riscos associados a execução do **CONTRATO** que possam gerar impacto no seu equilíbrio econômico-financeiro, devido a previsão de fornecimento dos produtos em remessa única, no início da execução do **CONTRATO** e também da realização do pagamento do valor contratado em única parcela.

15. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS

15.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

15.1.1. O fornecedor detentor da melhor proposta ou lance deverá apresentar antes da assinatura do respectivo instrumento contratual hábil, sob pena de desclassificação do presente processo de contratação, os seguintes documentos, para fins de habilitação:

DOCUMENTO / CERTIDÃO

Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS)
Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual
Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal
Prova de Regularidade perante o FGTS (CEF)
Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT)
Formulário de Cadastro da Conta Corrente da **CONTRATADA**
Declaração Referente ao Trabalho de Menor

15.1.2. A contratação poderá ser realizada pela **POTIGÁS** com a empresa **VENCEDORA** do processo de cotação, mesmo sem esta última ter apresentado toda a documentação relativa à habilitação, conforme permite o **Parágrafo 4º e 5º do artigo 124 do RILC DA POTIGÁS**, que poderá dispensar, no todo ou em parte, os documentos de habilitação, com exceção da Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal abrangendo as contribuições sociais (INSS) que deverá ser apresentada, nos casos de fornecimento de bens de **PRONTA ENTREGA**, cujos respectivos prazos de entrega e de vigência contratual são de **até 30 (trinta) dias corridos**, contados da data de assinatura do respectivo contrato.

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

PROponente Vencedora - Universo EPIS						CNPJ: 21.852.418/0001-05				
ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN.	QTDE (A)	IPI (%)	ICMS ORIGEM (%)	MARCA	VALOR NÃO EQUALIZADO			
							VALOR UNITÁRIO COM IPI E ICMS DE ORIGEM (R\$)	VALOR DO IPI (R\$)	VALOR UNITÁRIO COM IPI E ICMS DE ORIGEM (R\$) (B)	VALOR PARCIAL (R\$) (C) = (A) X (B)
1	Bota de Segurança	PAR	18	Incluso	18%	BAEN BRACOL	R\$149,90	Incluso	R\$149,90	R\$2.698,20
2	Máscara Semifacial (respirador)	UNID.	4	Incluso	18%	AIR SAFETY	R\$65,00	Incluso	R\$65,00	R\$260,00

3	Filtro Químico	PAR	1	Incluso	18%	AIR SAFETY	R\$84,00	Incluso	R\$84,00	R\$84,00
4	Óculos Sobreposto Incolor	UNID.	27	Incluso	18%	KALIPSO	R\$9,80	Incluso	R\$9,80	R\$264,60
5	Óculos Sobreposto Escuro	UNID.	27	Incluso	18%	KALIPSO	R\$9,80	Incluso	R\$9,80	R\$264,60
6	Capacete de Segurança	UNID.	23	Incluso	18%	MSA	R\$69,00	Incluso	R\$69,00	R\$1.587,00
7	Protetor Auditivo	UNID.	2	Incluso	18%	MSA	R\$429,00	Incluso	R\$429,00	R\$858,00
8	Bota de Segurança Impermeável	UNID.	6	Incluso	18%	BRACOL	R\$44,90	Incluso	R\$44,90	R\$269,40
9	Perneira	PAR	5	Incluso	18%	VELCRO	R\$39,00	Incluso	R\$39,00	R\$195,00
10	Luva Algodão Pigmentada	PAR	20	Incluso	18%	SUPER SAFETY	R\$2,90	Incluso	R\$2,90	R\$58,00
11	Óculos incolor	UNID.	27	Incluso	18%	PROTEPLUS	R\$4,90	Incluso	R\$4,90	R\$132,30
12	Óculos escuro	UNID.	27	Incluso	18%	PROTEPLUS	R\$4,90	Incluso	R\$4,90	R\$132,30
13	Protetor Auditivo tipo intra auricular	UNID.	24	Incluso	18%	3M	R\$3,65	Incluso	R\$3,65	R\$87,60
14	Capa de chuva	UNID.	5	Incluso	18%	MAICOL DO BRASIL	R\$39,80	Incluso	R\$39,80	R\$199,00
15	Colete de Alta Visibilidade	UNID.	18	Incluso	18%	SUPER SAFETY	R\$28,50	Incluso	R\$28,50	R\$513,00
16	Protetor Solar	LITRO	3	Incluso	18%	NUTRIEX	R\$149,00	Incluso	R\$149,00	R\$447,00
17	Luva de Borracha Nitrílica	PAR	5	Incluso	18%	MAPA/MUCAMBO	R\$9,89	Incluso	R\$9,89	R\$49,45
18	Luva de Couro tipo Vaqueta	PAR	5	Incluso	18%	ÓTIMA	R\$19,99	Incluso	R\$19,99	R\$99,95
19	Mascara semi-facial PFF-2S	UNID.	20	Incluso	18%	AIR SAFETY	R\$1,99	Incluso	R\$1,99	R\$39,80
FRETE				CIF						
VALOR TOTAL DO GRUPO DA PROPONENTE				R\$8.239,20						

Referência: Processo nº 05310003.003521/2023-68

SEI nº 25973945



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Wagner Guilhermino Pereira, Gerente Administrativo e de Suprimentos**, em 17/04/2024, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago André do Nascimento Fernandes, Gerente de Segurança, Meio ambiente e Saúde**, em 17/04/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dennis Falcon, Diretor Técnico e Comercial**, em 18/04/2024, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIOGENES FERREIRA DA SILVA, Usuário Externo**, em 18/04/2024, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Melo Alves, Diretora-Presidente**, em 19/04/2024, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25973945** e o código CRC **2F392094**.